

# Índio quer proteção contra ameaças

Camila Nobrega  
camila.nobrega@oglobo.com.br

Almir Suruí é um personagem essencial da floresta escondido nas mais recentes estatísticas brasileiras que estudam a Amazônia sem rostos. E está correndo sério risco de vida. Enquanto o governo brasileiro discute um plano para reduzir o desmatamento — que teve um aumento desde maio —, Almir está sob um fogo cruzado, lutando contra clareiras que avançam na floresta. Por isso, depois da morte de um casal de ambientalistas no Pará, em maio, não esperou que a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) chegasse até ele.

Conhecido pelo mundo por ter denunciado à Organização dos Estados Americanos (OEA) a exploração ilegal de madeira nas terras indígenas de Rondônia e premiado pela Sociedade Internacional de Direitos Humanos, Almir usou a rede social Facebook para clamar por sobrevivência, no mês passado. E conseguiu apoio. Segundo a SDH, ele será um dos 150 membros do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH). Essa é a segunda vez que Almir participa do programa. Já havia sido incluído na lista entre os anos 2007 e 2008, mas o apoio foi falho:

— Eu pedi apoio em 2007, após fazer a denúncia à OEA, mas pouquíssima coisa foi feita pela SDH. Não me senti seguro. Agora, com a discussão nacional, estou confiando que as



*Pedi apoio em 2007, mas pouca coisa foi feita pela SDH. Agora, após os últimos assassinatos, estou confiando. Minha vida está em jogo.*

Almir Suruí

ações vão ser sérias. Precisam ser, porque minha vida está em jogo — disse Almir, pelo telefone, muito nervoso, após se reunir com a equipe do programa, em Brasília, semana passada.

Pouco conhecido pelos brasileiros, Almir é um ícone da floresta para instituições internacionais. É índio e vive na Terra Indígena Sete de Setembro, município de Cacoal, Rondônia. O estado onde vive é um dos mais afetados pelo avanço de madeiras nos últimos meses. Segundo dados do último Boletim Transparência Florestal, divulgado mês passado pela ONG Imazon, o desmatamento cresceu 72% na Amazônia em relação a maio de 2010. E Rondônia responde por 21% dos 165 quilômetros desmatados, atrás apenas do Pará e do Mato Grosso. O governo brasileiro não reconhece, mas am-

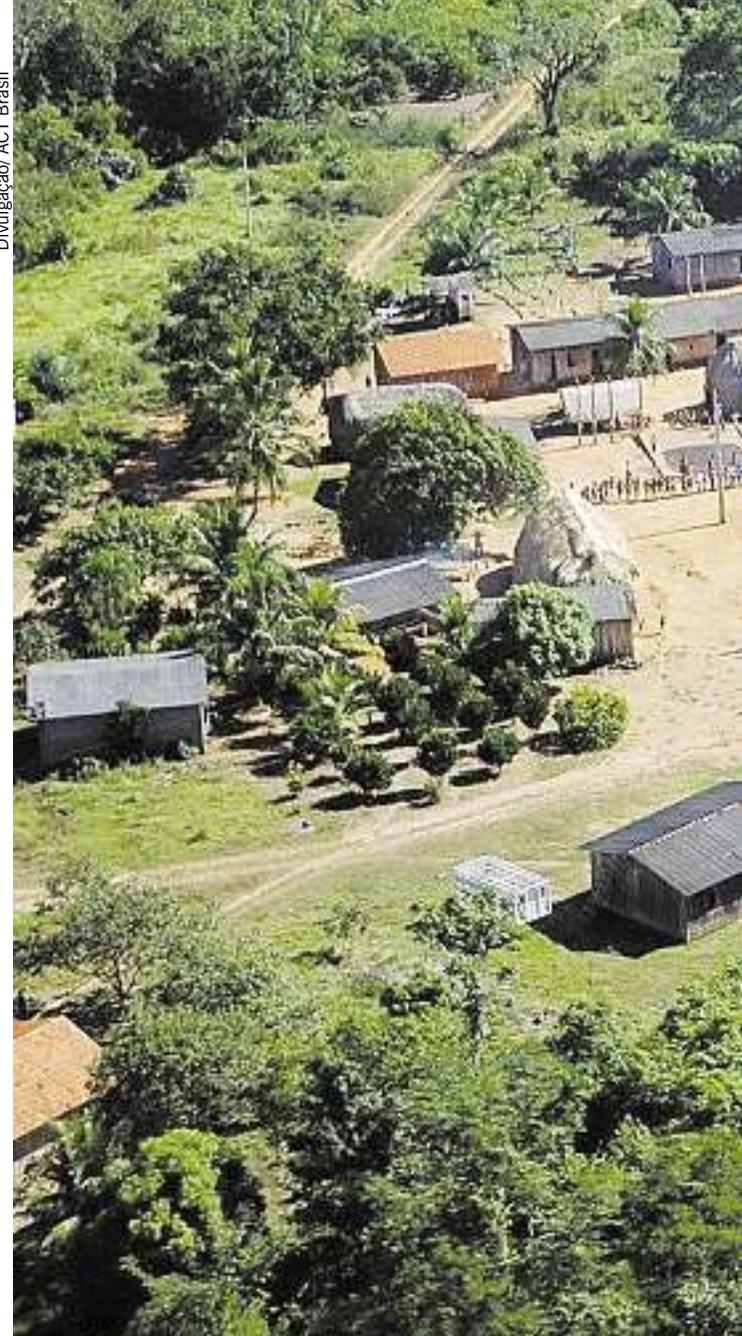
bientalistas ligam o boom do desmatamento ao texto do Código Florestal, de autoria do deputado Aldo Rebelo, aprovado na Câmara dos Deputados em maio. O código deu força aos ruralistas, anistando o desmatamento até 2008 e flexibilizando a recomposição de mata.

O fato é que há mais madeira ilegal sendo retirada da floresta, como mostram os dados de satélite. E, segundo Almir Suruí, por isso cresceu nos últimos meses a pressão sobre ele, que ocupa o cargo de chefe maior do povo suruí. Almir publicou uma carta em seu perfil do Facebook em 16 de junho, para tornar público o pedido de proteção que havia feito à SDH.

— Sofro o código florestal na pele. Enquanto não fecham a discussão, motosserras avançam na floresta e madeireiros querem me calar. Sou ameaçado há muito tempo, mas agora piorou. No início de junho, vi a necessidade de ajuda. Eles ganharam confiança e acham que nada acontecerá, se me matarem — disse o índio, que vive com a esposa e seis filhos, três meninos e três meninas.

Segundo ele, as ameaças vêm de várias formas. Desde avisos trazidos por índios de aldeias vizinhas, até mensagens via celular. Sem contar quando são mais diretas, com o envio de capatazes ao território indígena onde Almir mora. Ele sabe a origem de todos, mas prefere preservar o nome das empresas, por sua própria segurança. Embora

Divulgação/ACT Brasil



os empresários nunca apareçam, os moradores da região sabem quem são. Estão nas cidades de Cacoal e Espigão do Oeste, especialmente no distrito de Pacarana, retirando madeira de forma ilegal.

Segundo a equipe de coordenação do PNPDDH, o caso do índio está sendo analisado e uma articulação feita junto à Funai, ao Ibama e à Polícia Federal deve estabelecer ações para protegê-lo. A secretaria confirma que o índio havia sido incluído no programa entre 2007 e 2008, mas não sabe informar quais ações foram tomadas na época para protegê-lo. Ainda de acordo com a assessoria da SDH, a ideia não

é retirá-lo do local, ou pôr um policial para fazer segurança direta, mas fazer um esforço na região para que a fiscalização do Ibama seja mais forte e a polícia esteja mais presente, assim como a Funai. É o que os líderes indígenas e rurais reivindicam há anos.

Um dos problemas que vem se agravando na região e, conseqüentemente, tornando mais difícil a situação de Almir, é o aliciamento de índios para o corte de madeira. Segundo o chefe Suruí, como há grandes áreas preservadas dentro de territórios indígenas, é interessante para madeireiros que índios entrem para o esquema:



**ALMIR SURUÍ** (foto acima) diz que está sendo ameaçado por defender território indígena de extração ilegal de madeira

— A pressão é forte. Se a gente não tomar providências agora, vai crescer. As pessoas saem da aldeia para ir trabalhar para madeireiras. O apoio do governo federal ao programa de desenvolvimento sustentável dos suruís para os próximos 50 anos está devagar. Sem outras alternativas de renda, os índios ficam vulneráveis. Ainda tem o código florestal que afrouxa a pressão sobre o desmatamento. É uma combinação terrível.

Os suruís são pioneiros entre os índios brasileiros na área dos projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). O povo possui um documento oficial que concebe o projeto

no território e há empresas estrangeiras interessadas em compensar suas emissões de carbono com o programa, mas a regulamentação brasileira para o REDD ainda está tramitando na Câmara dos Deputados, o que atrasa o início do financiamento.

Segundo Luiza Viana, advogada da Equipe de Conservação da Amazônia (ACT Brasil), instituição que dá apoio a projetos dos suruís e acompanha de perto a situação de risco do líder indígena, o REDD poderia ser um mecanismo para reduzir o desmatamento e até a pressão sobre ambientalistas:

— O REDD pode tornar o desenvolvimento sustentável

legítimo na região. O atraso na regulamentação tem consequências para os povos da floresta e o meio ambiente. E isso não acontece só no Brasil. A falta de um consenso internacional atrasa o andamento de tudo.

Ainda não se sabe de onde virão os recursos do REDD, se do setor privado ou de recursos públicos. E, segundo a ACT e outras organizações que atuam na Amazônia, os povos da floresta ainda não foram ouvidos para opinar sobre o REDD brasileiro. Os suruís, por exemplo, usariam o recurso para desenvolver atividades florestais não madeireiras. Fica a informação.

## Centenas em busca de proteção

Há, atualmente, 150 pessoas no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH), da Secretaria de Direitos Humanos. Mas, a cada dia, o programa recebe pedidos para pôr mais nomes, segundo equipe da secretaria que trabalha no setor de inclusão de novos nomes. São agricultores, índios e ambientalistas em geral que sofrem pressão de empresas e latifundiários. Muitos deles têm suas terras invadidas pelo agronegócio e a extração ilegal de madeira. Outros são pessoas que conhecem a situação e denunciam. Mas a secretaria afirma que não tem como atender todos os pedidos.

Segundo moradores da região, a falta de regularização fundiária em vários locais teria levado ao problema, embora ele exista até em áreas legalmente demarcadas. No fim de maio, enquanto o Código Florestal era discutido na Câmara dos Deputados, quatro ambientalistas foram assassinados na região, três no Pará e um em Rondônia. Apenas uma das mortes ainda não foi confirmada como resultado de conflito agrário.

Mas o número de pessoas ameaçadas devido a conflitos agrários é muito maior, segundo informações divulgadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no final de maio. Uma lista apresentada para o governo federal tinha 1.855 nomes de trabalhadores que sofreram algum tipo de ameaça entre 2000 e 2010. Casos mais graves somavam 207 pessoas — dessas, 42 foram assassinadas. Restam 165. A lista foi

apresentada para a Secretaria de Direitos Humanos.

No entanto, no dia 1º de junho, a secretária da pasta, Maria do Rosário, afirmou ao GLOBO que seria impossível proteger a todos imediatamente. “Seria errôneo e uma ilusão dizer que temos condições para atender a esta lista. Vamos fazer uma avaliação”, declarou. Por isso, a CPT entregou uma lista de apenas 30 ambientalistas para serem protegidos imediatamente. O nome de Almir Suruí não está nessa lista, porque oficialmente ele já fazia parte do programa desde 2008, embora as ações de proteção não tenham acontecido na prática.

Sobre o salto no número de pedidos de proteção, a coordenação da SDH considera que isso tem ocorrido por conta da maior divulgação do programa, após o assassinato dos ambientalistas em maio. Já a CPT e líderes rurais afirmam que a pressão tem sido crescente na área. Um dos motivos seria, como o próprio Almir Suruí citou, a aprovação do novo texto do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

Segundo a coordenação do PNPDDH, o primeiro passo para incluir um nome na lista é a verificação, com visita de uma equipe ao local de moradia. Depois disso, inicia-se um esforço conjunto entre a SDH, a Polícia Federal, o Ibama e outros órgãos locais. O programa funciona baseado em decreto presidencial de 1998, mas há um projeto de lei tramitando na Câmara dos Deputados que pode transformá-lo em permanente.